



22 de junho de 2010

*Este Clipping é preparado pela Secretaria Executiva da ADIMB. O conteúdo é de inteira
responsabilidade dos meios de origem*

A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico e a capacitação de recursos humanos para a
Indústria Mineral Brasileira



VALE CONCLUI AQUISIÇÃO DE 58,6% DO CAPITAL DA FOSFERTIL

A Vale anunciou hoje a conclusão da aquisição, através de sua subsidiária Mineração Naque, da participação direta e indireta de 58,6% no capital social da Fertilizantes Fosfatados - a Fosfertil, maior produtora brasileira de nutrientes de fertilizantes. A mineradora também concluiu a aquisição dos ativos brasileiros de fertilizantes da Bunge Participações e Investimentos (BPI). As aquisições totalizam US\$ 4,7 bilhões.

A Vale comprou por US\$ 3,0 bilhões a participação direta e indireta de 58,6% no capital social da Fosfertil, que corresponde a 72,6% das ações ordinárias e 51,4% das ações preferenciais. Os papéis pertenciam à Bunge Fertilizantes, Bunge Brasil Holdings, Yara Brasil Fertilizantes, Fertilizantes Heringer e Fertilizantes do Paraná (Fertipar).

O valor remanescente de US\$ 1,7 bilhão refere-se à aquisição do portfólio de ativos brasileiros de fertilizantes da BPI, que inclui minas de rocha fosfática e unidades produtoras de fosfatados, excluindo operações de distribuição e varejo.

De acordo com o fato relevante divulgado nesta quinta-feira, a Vale realizará oferta pública obrigatória para adquirir 0,19% das ações ordinárias detidas pelos acionistas minoritários da Fosfertil pelo valor de US\$ 12,0185 por ação, convertidos para reais, mesmo preço em dólares pago aos demais acionistas da Fosfertil.

Como parte da aquisição da Fosfertil, a Vale mantém contrato de opção de compra com The Mosaic Company (Mosaic) para possível compra das participações diretas e indiretas da Mosaic na Fosfertil, correspondendo a 27,27% das ações ordinárias e 16,65% das ações preferenciais e 20,27% do capital social da Fosfertil, por US\$ 1,029 bilhão, ao preço por ação de US\$ 12,0185. "Esta transação deverá ser concluída no futuro próximo", informa o fato relevante.

"A aquisição está em linha com a estratégia de nos tornarmos um líder global no mercado de fertilizantes. O desenvolvimento de uma plataforma de criação de valor com ativos de classe mundial está sendo realizado através da combinação entre crescimento orgânico e aquisições", disse o documento. "Dada a qualidade dos ativos adquiridos e dos bons fundamentos de mercado, esperamos que esta transação produza retornos acima do nosso custo médio ponderado do capital, criando significativo valor para os nossos acionistas", acrescenta.

Fonte: Revista Veja

BAHIA PODE ULTRAPASSAR GOIÁS EM PRODUÇÃO MINERAL

O Governador da Bahia, Jaques Wagner, afirmou que a expectativa é que o Estado ultrapasse Goiás em produção mineral e se torne assim o 3º maior produtor nacional. Para isso, a política mineral da Bahia tem privilegiado investimentos em pesquisa geológica e oferta pública (licitações) de áreas para mineração.

"Queremos que o empresário interessado em investir no nosso Estado tenha facilidades, sem ter que enfrentar muitas demandas jurídicas", disse, explicando que é preciso oferecer segurança jurídica e transparência nas leis para estimular os investimentos. Wagner participou da cerimônia de abertura do Congresso Internacional de Direito Minerário, em Salvador.

O Diretor-Geral do DNPM, Miguel Antônio Cedraz Nery, em consonância com o Governador, disse que a Bahia tem apresentado revelador potencial mineral, com a descoberta de novas minas por meio de investimentos em prospecção mineral. "A Bahia tem sido campeã nisso", friza.

O Presidente do IBRAM, Paulo Camillo Vargas Penna, disse que a expectativa dos organizadores deste inédito congresso internacional - fruto de uma parceria profícua entre os setores público e privado - reside nas conclusões que poderemos obter a partir dos debates, de modo a transformá-las em efetivas contribuições ao aperfeiçoamento da legislação mineral, bem como da atuação governamental perante o setor mineral.

Fonte: Agência IN – Investimentos & Notícias



MAIOR MINA DE NÍQUEL DA AMÉRICA LATINA ENTRA EM OPERAÇÃO NA BAHIA

Entrou em operação, nesta sexta-feira (4), no município de Itagibá, a maior mina de níquel na América Latina, terceira maior do mundo a céu aberto, descoberta nos últimos dez anos. A Mirabela Níquel tem como previsão produzir 4,6 milhões de toneladas de minério por ano, 150 mil toneladas de níquel concentrado, podendo chegar a 208 mil, aumentando em 30% a produção brasileira do minério.

Metade da produção anual de concentrado será exportada para a Finlândia, pelo porto de Ilhéus, e a outra metade servirá às unidades da Votorantin, em Minas e Ceará, que se responsabilizará pela logística de retirada e envio do produto. Foram investidos US\$ 450 milhões na unidade produtora que vai explorar o minério no município de Itagibá, a 204 km de Salvador.

Segundo o diretor geral do Departamento Nacional de Produção Mineral, Miguel Nery, com o pleno funcionamento da mineradora, a Bahia passa a ser o terceiro em arrecadação de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), um dos royalties pagos pela empresa. Apenas do CFEM serão R\$ 20 milhões por ano, passando o estado de Goiás, atualmente o terceiro maior.

O diretor técnico da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), Rafael Avena, explica que a Bahia lucra com a operação da mina, por meio de arrecadação de ICMS, com estimativa de R\$ 60 milhões anuais, e com o CFEM, do qual 2% vão para a União, 23% para a Bahia e 65% para o município de Itagibá, onde a mineradora está localizada.

Companhia Baiana de Pesquisa Mineral vai se tornar autossuficiente

Por ser uma área da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral, a Mirabela vai repassar 2,51% de royalties da receita sobre o concentrado. Com isso, a CBPM se torna autossuficiente em investimentos a partir de 2010.

Os resultados mais evidentes dos benefícios da empresa estão na geração de emprego e renda. Somente na mineradora, foram criados dois mil empregos diretos e indiretos. “Antes da Mirabela, era muito difícil encontrar emprego na minha área de operador. Fiquei trabalhando durante oito anos em um supermercado da região e quando surgiu a oportunidade tentei e fui selecionado. Aqui, tenho perspectiva de futuro, disse o operador de planta, Sirlei Lopes, 28 anos. Para ele, é uma oportunidade de crescer profissionalmente. “A política da empresa é que possamos rodar toda planta, fazer de tudo, conhecer todos os setores”.

Além disso, outras empresas estão sendo atraídas para a região depois da implantação da Mirabela, transformando a economia local, que compreende os municípios de Itagibá, Ipiaú, Ubatã, Gongoji, Jitaúna, Barra do Rocha e Ibirataia. São esperados novos hotéis, restaurantes, bares e um incremento nas atividades sócio-culturais nestas cidades.

“O investimento todo que foi feito ao longo desses cinco anos com a construção da indústria, compra de equipamentos, mão-de-obra na construção civil, tudo isso gerou muito emprego e divisa para a região”, frisou o governador Jaques Wagner. Segundo ele, a empresa é gerador de ICMS, de ISS para os municípios, de royalties, portanto, é um motivo de alegria e de desenvolvimento econômico do estado.

Pesquisa geológica do níquel na região começou em 1988

Com uma extensão de dois quilômetros e uma profundidade aproximada de 500 metros, a mina tinha uma vida útil prevista para 20 anos, mas, com novas pesquisas, poderá chegar a 40 anos. As pesquisas geológicas foram iniciadas pela CBPM em 1988, definindo sua geologia, caracterizando as mineralizações de níquel e delineando a potencialidade econômica de seu aproveitamento.

De acordo com Avena, os dados técnicos da pesquisa serviram de base para atrair empresas privadas a participarem da concorrência pública, que selecionou a Mirabela Mineração para realizar investimentos de risco em trabalhos de pesquisa, necessários à comprovação das reservas e à definição da viabilidade técnica, econômica e ambiental do projeto.

O empreendimento da Mirabela compreende mina a céu aberto e usina de concentração - britagem, moagem, flotação, espessamento e filtragem. Segundo o secretário de Indústria e Comércio e Mineração, James Correa, o complexo da Mirabela representará um acréscimo de 30% na produção nacional de níquel, alçando a Bahia à posição de segundo maior produtor do país, já em 2010, representando uma receita bruta anual de vendas da ordem de R\$ 640 milhões.

Fonte: Governo do Estado da Bahia



CHINA AVANÇA NA EXPLORAÇÃO DE "TERRAS RARAS" NO OCEANO

A primeira exploração submarina de minerais junto a chaminés hidrotermais submarinas foi agora começada pela China, no Oceano Índico. É a prova do interesse por este tipo de recursos, que cientistas portugueses já assinalaram sob as águas do nosso Atlântico.

Ouro e cobre são apenas alguns dos minerais que a China foi autorizada pelas Nações Unidas a explorar, numa zona de fundo marinho definida como de domínio internacional. Os outros objectivos desta mineração feita junto a chaminés hidrotermais (formações onde a água é expelida a alta temperatura) são as terras raras. Estes últimos elementos foram assinalados pelo menos na zona

dos Açores pelas missões científicas da Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC).

Segundo Manuel Pinto de Abreu, chefe da EMEPC, os dados do último cruzeiro científico revelaram "amostras com bons teores de cobalto e terras raras". O mesmo cientista explicou, ao JN, que as terras raras "têm elevado valor económico para o fabrico de material informático, novos compostos e ligas".

O cruzeiro científico que hoje parte do Funchal para as Ilhas Selvagens vai ter uma segunda fase de operações durante Julho. Então, as fontes hidrotermais dos Açores vão ser novamente esquadrihadas e o robô submarino Luso recolherá novas amostras. As terras raras têm sido apenas um dos potenciais de riqueza submarina destacados por este trabalho, que sustenta não só a candidatura portuguesa à extensão da plataforma continental junto da ONU, mas pretende fornecer bases à Estratégia Nacional do Mar.

Além dos desígnios oficiais ali traçados, visando o aproveitamento de recursos, foi formado o Fórum Empresarial da Economia do Mar, agregando 42 empresas, "interessadas em atrair investidores nacionais e estrangeiros para a exploração da enorme riqueza do fundo marinho", segundo disse, ao JN, Fernando Ribeiro e Castro. Como secretário-geral do referido fórum, ele considera que o avanço da China neste tipo de exploração "é uma boa notícia", pois exemplifica o tipo de exploração industrial dos recursos que têm vindo a ser assinalados na nossa plataforma continental.

Fonte: Jornal de Notícias



MINERAÇÃO: MORGAN STANLEY REITERA OVERWEIGHT PARA AÇÕES DE MMX E VALE

Apesar da fraqueza temporária nos preços do aço, os analistas do Morgan Stanley reafirmaram a visão positiva com relação ao setor de mineração na América Latina, e veem riscos limitados no preço do minério de ferro, dado o mercado atualmente apertado.

O relatório, assinado por Carlos de Alba e Bruno Montanari, reiterou ainda a recomendação de overweight (peso acima da média do portfólio) para as ações de Vale e MMX

Preços do minério de ferro

Alba e Montanari explicam que os preços do minério de ferro à vista se estabilizaram em cerca de US\$ 146 por tonelada, depois de variar entre US\$ 144/ton e US\$ 148/ton por algumas semanas. "Embora alguns riscos de queda no preço persistam - dadas as condições fracas de precificação e as incertezas com relação à situação fiscal europeia - acreditamos que essa queda esteja limitada a um declínio de 21%".

Com relação aos preços de contrato calculado pelo índice Platts, os preços do minério de ferro ficaram em média de US\$ 159 por tonelada entre março e maio, o que irá determinar o preço do contrato do terceiro trimestre, segundo o novo sistema de precificação. Esse valor é aproximadamente 26% maior do que a média entre dezembro e fevereiro (média de US\$ 126/ton, que determinou os preços do segundo trimestre).

"Acreditamos que a nova precificação deve permanecer, dado o pequeno gap entre os preços de contrato e à vista, e ao fato de que os fabricantes de aço verão o benefício de algum declínio nos preços do minérios de preço na precificação do quarto trimestre [que serão baseado na média de preços entre junho e agosto]", apontam os analistas do Morgan Stanley.

Fonte: Infomoney

ANGLO AMERICAN PROMOVE AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NAS COMUNIDADES DE CATUNÉ E ÁGUA SANTA DE MINAS

Água potável e tratamento adequado de lixo são algumas das contrapartidas da Anglo American para as comunidades onde implanta o sistema Minas-Rio.

Ações socioambientais acompanham todo o empreendimento, como a recuperação de restinga no Porto e plantio de espécies nativas na área da Mina.

Até dezembro, mais de três mil pessoas das comunidades de Catuné e Água Santa de Minas, no município mineiro de Tombos, terão acesso à água potável. A Anglo American - unidade de negócio de Minério de Ferro Brasil - formalizou convênio com a prefeitura Municipal de Tombos, no estado de Minas Gerais para implantação de estações de tratamento.

A ação resolve um problema que acompanha os distritos desde que foram criados, na década de 1940. "Com a água tratada, a qualidade de vida da população vai melhorar. É uma contrapartida pelas obras do mineroduto", ressalta o gerente de Relações Corporativas da Anglo American, Maurício Martins. O município de Tombos é uma das 32 localidades por onde passa o traçado do mineroduto do Sistema Minas-Rio. E lá será implantada a Estação de Válvulas.

A Anglo American fará a aquisição das estações de tratamento, em um investimento de R\$ 200 mil. Uma empresa contratada pela Anglo American fará a instalação em terreno adquirido e preparado pela Prefeitura Municipal de Tombos. A reforma da rede de distribuição já existente será feita pela Prefeitura, além da instalação dos hidrômetros e manutenção da estação de tratamento de água. Também está programado um trabalho de educação ambiental, para uso consciente desse recurso natural.

Aterro Sanitário de Uso Coletivo

A Anglo American apóia também a implantação de um aterro sanitário de uso coletivo que irá atender oito municípios mineiros e dois fluminenses, da região das Bacias do Rio Paraíba do Sul e do Rio Doce. Uma população de 106 mil habitantes será beneficiada com o aterro que processará, em 25 anos, mais de 1 milhão de metros cúbicos de resíduos sólidos urbanos. A Anglo American tem o papel de fomentadora e mediadora desse projeto. A empresa custeou o estudo conceitual para a implantação do aterro sanitário e avalia investir em outras etapas do empreendimento. Os municípios beneficiados com a implantação do aterro sanitário são: Divino, Pedra Bonita, Fervedouro, Carangola, Faria Lemos, Pedra Dourada, Tombos e Santa Margarida, em Minas Gerais; e Natividade e Porciúncula, no Rio de Janeiro.

Espécies nativas preservadas em Minas Gerais

Mais de 140 mil plantas nativas crescem em um terreno mantido pela Anglo American, em Jassém, distrito de Dom Joaquim (MG). Os 64,8 hectares cultivados na Fazenda Estiva representam o plantio compensatório referente à intervenção nas áreas para a execução da sondagem. O desenvolvimento das mudas, cultivadas desde o início de 2008 na área antes usada como pasto, é monitorado pela empresa.

Recuperação de restinga no Rio de Janeiro

A Anglo American, em parceria com a LLX, realizam desde 2007 o Programa de Recuperação de Restinga na região do Superporto do Açú, em São João da Barra (RJ). Uma área com 60 mil metros quadrados, localizada entre as lagoas de Iquipari e Gruçai, já foi recuperada e recebeu mais de 76 mil mudas de 50 espécies nativas da região. A área foi ocupada no passado por pastagens e plantações de cana de açúcar. "O Programa de Recuperação de Restinga tem como objetivo preservar a flora local, que faz parte de um importante ecossistema brasileiro: a restinga. Atualmente, cerca de 30

profissionais estão envolvidos neste Programa", afirma Alberto Bernardo, Gerente de Meio Ambiente no Superporto do Açú da Anglo American.

Para a realização do Programa, a empresa mantém em São João da Barra um viveiro para a produção de mudas. A coleta de sementes das plantas da região, ação desenvolvida ininterruptamente, subsidia essa produção. Atualmente, o viveiro possui cerca de 205 mil mudas.

A Anglo American e a LLX são parceiras no Superporto do Açú, onde a Anglo tem 49% de participação no Terminal de Minério de Ferro.

Sobre a Anglo American

A Anglo American é um dos maiores grupos em mineração e recursos naturais do mundo. Com suas subsidiárias, joint ventures e associadas, é líder global em platina, e tem participação significativa em diamante, níquel, minério de ferro e carvão, em operações na África, Europa, América do Sul e do Norte, Austrália e Ásia.

Com operações instaladas desde 1973 no País, a Anglo American possui duas unidades de negócios no Brasil: Níquel (plantas em Niquelândia e Barro Alto - GO) e Minério de Ferro (sistema Amapá - AP, em operação, e a implantação do sistema Minas-Rio - MG e RJ). O Grupo também conta com os negócios de Nióbio e Fosfatos (plantas em Catalão, Ovidor - GO e Cubatão - SP), que foram colocados à venda em outubro de 2009.

A empresa está investindo um total de US\$ 1,8 bilhão no Projeto Barro Alto para ampliar sua produção de níquel - a partir de 2011, a nova planta tem expectativa de produzir 36 mil t/ano de níquel por ano ao longo de 26 anos de operação. Também investe US\$ 3,6 bilhões na implantação do Sistema Minas-Rio, com capacidade de produção anual de 26,5 milhões de toneladas de minério de ferro a partir de 2012, destinada ao mercado externo. É o maior investimento da Anglo American, atualmente.

O projeto encontra-se em fase de obras e licenciamento ambiental. O terminal de minério de ferro do Porto do Açú faz parte do sistema Minas-Rio. O terminal de minério do Porto do Açú é uma joint venture com a LLX, na qual a Anglo American detém 49% de participação.

A Anglo American é uma empresa determinada a crescer no Brasil, trabalhando em conjunto com as comunidades locais e aplicando as melhores práticas de negócio adquiridas ao redor do mundo por quase um século.

Fonte: Maxpress



MINÉRIO TIRA ÁFRICA DO SUL DA RECESSÃO

Um "boom" mineral e a indústria do turismo empurraram a África do Sul para fora da recessão. Com a alta dos dois setores, os mais importantes do país, a economia como um todo começou a melhorar: o consumidor voltou a gastar, a indústria deu um salto e o setor imobiliário ganhou vitalidade. Esse cenário positivo deveria ser animador para os moradores do país, quanto mais agora, numa época de festa com a Copa do Mundo - que teve início oficial ontem e só começa nos gramados hoje. Mas o desemprego em alta ainda afeta o ânimo dos sul-africanos. O cenário nas minas sul-africanas hoje contrasta de modo brutal com o mesmo período do ano passado, quando estavam trabalhando em ritmo de tartaruga. Em abril, a produção de diamantes e manganês mais do que dobraram em relação ao mesmo mês do ano passado. A extração de ferro subiu 26% e a de cromo, 42%. A De Beers, maior produtora de diamante bruto do mundo, havia diminuído o ritmo de trabalho em 2009 por causa da crise. Agora, o país aumentou a produção em 117%. Essa alta internacional de procura por commodities cai como uma luva para o país. A África do Sul tem 90% das reservas mundiais de platina; 80% das reservas de manganês; 75% das reservas de cromo; 41% das reservas de ouro. Já o turismo rendeu no ano passado US\$ 27 bilhões. Foi um crescimento

pequeno em relação ao ano anterior, mas um resultado surpreendente para quem esperava uma queda do setor. Agora, com a Copa do Mundo, analistas acreditam que o país vai "surfar uma nova onda". A consultoria Grant Thornton estima que a Copa ser responsável por uma injeção de mais US\$ 13 bilhões na economia só com os gastos e investimentos - sem contar os US\$ 2,6 bilhões que o governo investiu em estádios. Para Rian le Roux, economista-chefe do Old Mutual Investment Group, da Cidade do Cabo, "a recuperação do país está claramente nos trilhos. Está se espalhando para áreas ainda claudicantes, como o varejo. É bom ver como a agricultura também vem registrando boas taxas de crescimento". Joe de Beer, diretor do Instituto de Estatísticas da África do Sul, concorda: "É a primeira vez desde o fim da recessão que todos os setores estão mostrando resultados positivos". Esse otimismo contrasta entretanto com um "baixo astral" causado pela falta de emprego. Mesmo com a recuperação da economia, a taxa de desemprego continua sua trajetória de alta, ultrapassando os 25%. Um estudo da Universidade da África do Sul mostra que a classe média negra do país, cerca de 9,5 milhões de pessoas com renda anual de US\$ 10 mil a US\$ 18 mil, foi a mais afetada. Um em cada três sul-africanos negros de classe média perdeu ou viu alguém de seu núcleo familiar que tenha perdido o emprego nos últimos 24 meses. "A volta da atividade ainda tem de se refletir no emprego. Esperamos que isso venha a acontecer logo", disse De Beer. Neste mês, é pouco provável que haja grandes manifestações de insatisfação social, por causa das atenções voltadas para a Copa do Mundo, dizem analistas. Para muitos sul-africanos, entretanto, as agruras voltam a fazer parte da realidade no fim da festa.

Fonte: Valor Online



PF PRENDE SUBSECRETÁRIO DE OBRAS DE PARATY POR EXTRAÇÃO IRREGULAR DE AREIA

Subsecretário foi solto após pagar fiança. Assessoria diz desconhecer o caso.

A Polícia Federal informou nesta quinta-feira (10) que deteve doze pessoas e prendeu o subsecretário de obras de Paraty, na Região Sul Fluminense, após constatar extração e transporte irregular de areia, sem as licenças necessárias para o fim. A ação foi identificada por causa da movimentação de caminhões no local.

De acordo com o delegado Fábio Galvão, titular da delegacia de Angra dos Reis, o subsecretário, que coordenava as atividades no local de extração, foi liberado após pagar cerca de R\$ 1,5 mil de fiança. O delegado não quis comentar o conteúdo do depoimento do subsecretário.

Segundo a Polícia Federal, os doze detidos eram funcionários contratados da prefeitura e foram liberados após prestarem depoimento. O subsecretário informou que não tinha licenças ambientais e nem do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) para extrair areia.

O prefeito de Paraty e o subsecretário de Meio Ambiente estiveram na delegacia, mas segundo o delegado, não prestaram depoimento. De acordo com Galvão, o prefeito será intimado a prestar esclarecimento sobre o caso.

O G1 entrou em contato com a assessoria de imprensa da prefeitura de Paraty, que informou que desconhece o caso.

Fonte: G1

DELOITTE ALERTOU HYDRO SOBRE "INSTABILIDADE BRASILEIRA"

A gigante norueguesa Norsk Hydro AS, como se sabe, comprou, da Vale, há um mês, a área de alumínio e bauxita. A empresa brasileira recebeu US\$ 405 milhões - mais repasse de dívida de US\$ 700 milhões - por seus direitos sobre alumínio e bauxita. Mas esta coluna teve acesso ao parecer dos auditores independentes - a Deloitte - que apontou riscos para a operação. Acredita-se que esse documento cite tais questões apenas por precaução e cumprimento a exigência legal, uma vez que todos os detalhes foram estudados e aprovados. A compra foi feita junto à Vale Austria Holdings GmbH - subsidiária integral da Vale - e inclui a mina de Paragominas, Alunorte, Albras e Companhia de Alumina do Pará. O texto da Deloitte foi aprovado por Aase Lundgaard, contador público autorizado pelo governo norueguês. A sede da empresa norueguesa será no Rio e o comando dos 3.200 empregados - que passam da Vale para a Norsk Hydro - estará a cargo de Johnny Undeli, atualmente um dos vice-presidentes executivos, em Oslo.

Diz o documento da Deloitte: "A Vale Alumínio está localizada no Brasil. Investir no Brasil pode criar exposição a uma estrutura econômica que em geral é menos madura do que a existente na atual área de operação da Hydro e, portanto, isso envolve riscos de alta inflação; flutuação cambial e de taxas de juros; mudança de leis e de interpretações judiciais; disputas sobre posse de terras e outras propriedades; e distintas práticas de finanças, comércio e abertura de informação; leis e regulamentos podem mudar com mais frequência do que em outros mercados, envolvendo taxaço, investimento estrangeiro e comércio, títulos de terra e direitos de mineração e transferência de títulos. A aplicação de leis poderá estar sujeita a interpretações variáveis e poderá ser a qualquer tempo acrescentada, modificada, negada ou substituída, de forma adversa aos interesses do grupo".

Sobre ambiente, afirma o documento: "As leis ambientais no Brasil se tornaram mais rígidas em anos recentes e é possível que mais regulamentação ou mais controle de normas já existentes possa afetar o grupo, significando restrições, como para renovação de licenças, o que afetaria os custos ou levaria a ação judicial. Não se pode ter certeza de que esses fatores não terão efeito adverso para o grupo".

Em relação ao governo brasileiro, o documento também faz ponderações: "O Governo brasileiro exerceu, no passado e poderá fazê-lo, no futuro, significativa influência na economia, política e condições econômicas, o que poderá afetar a Vale Alumínio. Mudanças nesses fatores estão fora de controle do grupo e podem atingir o negócio. As operações poderão ser afetadas em diversos níveis por ações do governo, em relação a restrições a produção, controle de preços, controle de exportação, imposto de consumo, expropriação de propriedades, legislação ambiental e segurança das minas. O Governo brasileiro interveio, no passado, na economia e ocasionalmente fez substanciais mudanças de política. Não pode haver certeza de que isso não se repetirá no futuro. As ações do governo para controlar inflação e outros itens muitas vezes envolveram controle de preços, desvalorização cambial, controle de capital e limites a importações".

Fonte: Monitor Mercantil Digital

RIO NORTE MINERAÇÃO RECEBE LICENÇA DO IBAMA PARA EXPLORAR BAUXITA NO PARÁ

O IBAMA emitiu licença de instalação para a Rio Norte Mineração explorar bauxita no empreendimento denominado Platô Bela Cruz, localizado na Floresta Nacional Saracá-Taquera, divisa dos municípios de Terra Santa e Oriximiná, no estado do Pará.

O Platô Bela Cruz tem uma reserva de bauxita de cerca de 103 milhões de toneladas de minério em uma área de 1.338, 7 hectares. A exploração se dará por etapas e está prevista para ocorrer entre 2011 a 2018.

Além da mina, a licença contempla a instalação provisória de canteiro de obras, usina de asfalto e alojamento para os operários e técnicos.

Fonte: Revista Digital Envolverde



ACERVO GEOCIENTÍFICO DA CPRM ESTÁ ABERTO À PESQUISA

O Serviço Geológico do Brasil (CPRM) possui uma gama de informações e dados, com alto nível de detalhamento técnico, registrados e disponíveis para a sociedade. Através do Multimeios (acervo que resguarda diferentes tipos de mapas e relatórios) pesquisadores e estudantes podem fundamentar seus projetos científicos. Atualmente, todas as 11 unidades regionais da CPRM possuem um acervo próprio de documentação gráfica específicas da região. Além disso, no portal da empresa o usuário encontra ferramentas virtuais que facilitam a realização das pesquisas.

No Escritório do Rio de Janeiro está concentrado grande parte dos dados geocientíficos obtidos pela empresa, algo semelhante a uma biblioteca central. Mesmo assim, todas as unidades regionais da CPRM recebem uma determinada tiragem desses produtos para distribuição entre os parceiros institucionais. Os principais parceiros que requisitam esse material são órgãos vinculados às prefeituras municipais, governos estaduais, estudantes de universidades, representantes de instituições e consultorias particulares das diversas áreas da geologia. As universidades são os principais usuários dessa fonte de informação. Inclusive, sempre quando agendada, a CPRM abre suas portas para visitas guiadas, em grupos de 20 ou 30, das diversas áreas da geologia, geografia e biblioteconomia.

De acordo com a chefe da Divisão de Documentação (Didote), Tânia Freire, essa é uma forma de estimular o interesse, não apenas para as Ciências da Terra, mas para a biblioteca da CPRM. “A CPRM é um celeiro condensado de informações, todas com alto grau de detalhamento técnico, registrados e disponíveis para a sociedade”, disse Tânia Freire. Para o estudante de geologia Douglas Gomes dos Santos, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, a CPRM é considerada a melhor fonte de informação. “Aqui temos a facilidade para achar mapas que em outros lugares seria difícil encontrá-los. Estou pesquisando mapa topográfico de solos, geomorfológico e geológico, fotos aéreas e também o projeto Radam”, afirmou. Além de exibir seus próprios estudos a CPRM disponibiliza gratuitamente para consulta local matérias de outros centros de pesquisa pelo Brasil.

Consulta ao Acervo

Antes de começar a consulta no Multimeios, o usuário deve estar ciente de alguns procedimentos. É fundamental saber qual tipo de material irá utilizar, por exemplo: cada cidade tem uma localização baseada no Mapa Índice, a partir do código numérico (MI), obtêm-se a classificação por escalas (1;1.000.000 ou 1;100.000). As pesquisas detalhadas dos mapas e de fotografias podem ser feitas também através do computador, acessando a página virtual do Geobank, no portal da CPRM. Esse processo inicial de consulta virtual realizada pelo usuário facilita demais a busca pelo material impresso.



Parte do acervo de mapas da CPRM

O Multimeios oferece diversos tipos de cartas, documentação fotocartográfica, coleções novas e antigas (incluindo o recém projeto do Trem de Alta Velocidade (TAV) e os novos levantamentos aerogeofísicos), fotoíndices do DNPM, perfis, linhas de voo, tudo recuperado e guardado de forma organizada. Existem cerca de 4 mil e quinhentos títulos de relatórios da CPRM, coletâneas de volumes únicos, alguns datilografados com mapas incorporados em anexo. “O material pode ser considerado uma resposta ao trabalho que envolve dinheiro público investido e agora revertido em informação”, completou Tânia Freire.

Fonte: Jornal Virtual “O Serviço Geológico”, nº 188 - CPRM



PROGRAMA DA NOVA ZELÂNDIA DISPONIBILIZA BOLSAS DE DOUTORADO

O Programa Internacional Neozelandês de Bolsas para Pesquisa em Doutorado recebe inscrições para o ano acadêmico de 2011. Serão oferecidas 100 bolsas de estudo para estudantes estrangeiros. As inscrições seguem até o dia 15 de julho.

De acordo com informações do portal Universia, os benefícios têm duração de três anos, em regime de dedicação exclusiva para o nível de doutorado. O valor mensal médio das bolsas é de aproximadamente dois mil dólares neozelandeses (cerca de R\$ 2,4 mil), considerando despesas com diárias e seguro saúde. O programa também oferece subsídio para tese e livros.

Os interessados devem encaminhar os formulários de candidatura, com toda a documentação exigida, para a entidade responsável pela administração do processo seletivo, Education New Zealand, cujo site é www.newzealandeducated.com.

Mais informações sobre o programa estão disponíveis neste link:
http://www.newzealandeducated.com/int/ptbr/institutions_courses/scholarships/incoming/international_doctoral_research_scholarships .

Fonte: Gestão C&T, nº 942

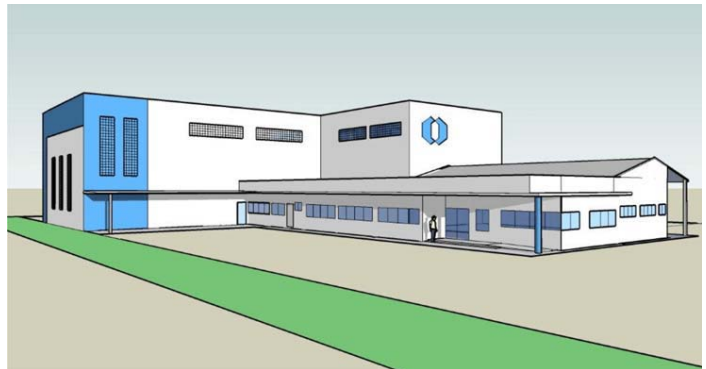


CPRM AMPLIA E MODERNIZA A REDE DE LITOTECAS

Projeto prevê parcerias com órgãos públicos e privados

A Rede de Litotecas do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) é um importante projeto contemplado em 2009 com recursos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). O projeto tem como objetivo organizar, armazenar, integrar e disponibilizar todo o conhecimento contido no acervo de materiais geológicos, coletados de maneira a abranger as cinco regiões do país. A Rede será composta pelas Litotecas de Araraquara (SP), Belém (PA), Caçapava do Sul (RS), Caeté (MG), Salvador (BA), Fortaleza (CE), Manaus (AM), Goiânia (GO), Porto Velho (RO), Recife (PE) e Teresina (PI). Um dos objetivos principais desse empreendimento será a construção de novas parcerias científicas com órgãos municipais, estaduais, federais, universidades e empresas públicas ou privadas.

Atualmente, o acervo geocientífico possui mais de 475 mil metros de testemunhos de sondagem, 200 mil amostras de rochas, quase 450 mil alíquotas das amostras geoquímicas coletadas no campo e 72 mil lâminas petrográficas. As informações contidas nessas amostras geram conhecimento a partir das análises e pesquisas a elas associadas. Os estudos de prospecção realizados pela CPRM representam uma economia de recursos, principalmente referentes aos estudos preliminares de solo. Todo esse material é hoje armazenado nas unidades regionais sem qualquer tipo de padronização ou organização, alguns em condições aceitáveis, outros preocupantes, com possibilidade de degradação ou extravio. A implantação da rede consiste num grande projeto para aplicar verdadeiras estruturas que atendam às necessidades dos pesquisadores.



Layout da Litoteca de Araraquara

Primeiramente, haverá a padronização para armazenamento do material que será guardado em caixas de prolipropileno específicas por tamanho e tipo da amostra. Também serão construídos

os laboratórios de preparação de amostras juntamente com as salas de pesquisa, que facilitarão o acesso e manuseio das amostras de rochas, de solo, de sedimento de corrente, concentrados de batéia, de lâminas petrográficas e de testemunhos de sondagens.

História da Implementação da Rede de Litotecas da CPRM

O projeto Litotecas foi criado em 2003, com o diretor de Relações Institucionais e Desenvolvimento, Fernando Carvalho, que as colocou como meta prioritária de gestão. Essa meta foi apresentada no 1º seminário de Gestão da CPRM, em outubro daquele ano. Os primeiros documentos sobre as Litotecas foram desenvolvidos pelo Departamento de Relações Institucionais, com apoio da Assessoria da Diretoria de Relações Institucionais e Desenvolvimento, tendo posteriormente o apoio de toda a Diretoria Executiva.

Inicialmente, foram feitas tentativas para se obter recursos junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). O projeto foi aprovado e contemplado no PAC 2009, e contou com o apoio do secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, Cláudio Sciar, e de Giles Carriconde, na época presidente do Conselho de Administração e do superintendente de Planejamento e Métodos da CPRM, Marcos Maron.

Fonte: Jornal Virtual "O Serviço Geológico", nº 188 – CPRM

OPORTUNIDADES PARA O MINERAL DE LÍTIO NO CHILE

O Ministério das Relações Exteriores - MRE solicitou ao IBRAM divulgar a seguinte comunicação enviada pela Embaixada do Brasil em Santiago, Chile:

"A Embaixada recebeu em 08 de junho corrente visita dos representantes das empresas 'Sociedades legales mineras Lítio 1 a 6', que informaram sobre eventual oportunidade de investimento para empresas brasileiras no Chile.

1. As seis companhias chilenas pretendem vender propriedade que abrange parte do 'Salar de Maricunga', que contém jazidas de lítio. O terreno está na 'Sierra Hoyada de Maricunga', região de Atacama, norte do Chile.

2. Os proprietários das minas buscam empresas estrangeiras interessadas em explorar lítio, boro, magnésio e carbonato de lítio, entre outros minérios. O processo de seleção de potenciais compradores iniciou-se em 14 de maio de 2010. Os representantes das companhias chilenas têm mantido contato com diversas Embaixadas em Santiago (mencionaram Coreia do Sul e a China) com o objetivo de identificar interessados. As empresas selecionadas para participar da concorrência receberão carta-convite e deverão firmar acordo de confidencialidade, em prazo de dez dias úteis, para receber informações pormenorizadas sobre as jazidas.

3. O Governo chileno anunciou intenção de reformar a Lei Orgânica Constitucional sobre Concessões de Mineração. A reforma pretende permitir que a exploração do minério seja concedida a empresas privadas sem que elas sejam obrigadas a firmar contratos de concessão com o Governo. Atualmente, apenas duas empresas privadas têm permissão para explorar o minério no Chile. Ambas pagam "royalties" de 8% sobre suas receitas à CORFO, detentora dos direitos de exploração do 'Salar de Atacama', onde se encontram as principais reservas de lítio do país.

4. Em vista disto, os representantes das empresas chilenas solicitaram o auxílio da Embaixada no sentido de identificar grupos brasileiros ocasionalmente interessados pela compra do "Salar de Maricunga". Nesse sentido, muito agradeceria o obséquio de dar conhecimento do assunto a empresas e entidades brasileiras do setor."

Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos junto àquele Ministério com:

Rodrigo de Azeredo Santos

Chefe da Divisão de Programas de Promoção Comercial e Investimentos Departamento de Promoção Comercial e Investimentos

Tel: + 55 61 3411-8989

Fax: + 55 61 3411-8967

dpg@btn.gov.br

www.btn.gov.br

JEITO DE FAZER, EM VEZ DE DESCULPAS POR NÃO TER FEITO

Já está disponível a Revista do Meio Ambiente de junho de 2010. Veja o editorial abaixo.



Editorial

O mundo, como nossos pais e avós e nós próprios, adultos, conhecemos, mudou. As escolhas das gerações que nos antecederam, da era pós-industrial, aqueceram o planeta e as conseqüências desse aquecimento já começam a ser sentidos por todo o planeta, inclusive no Brasil. Além de tentar mitigar os problemas, precisamos também nos adaptar a esta nova realidade de um planeta mais aquecido, cuja tendência será aquecer ainda mais. E entre as conseqüências já previstas para as próximas décadas, o aumento do nível dos oceanos está entre os maiores danos à infra-estrutura urbana e rural nas cidades litorâneas.

Para fazer uma educação ambiental que seja compreendida por todos, precisamos antes perceber que não é por falta de conhecimento ambiental que as árvores são derrubadas, a fauna sacrificada ou o meio ambiente poluído. Os caçadores e desmatadores, por exemplo, possuem muito mais conhecimentos sobre ecologia, natureza e a vida silvestre que muitos ecologistas, mas usam esses conhecimentos para destruir e matar.

O problema é que não nos achamos como parte da natureza, por mais esdrúxula que essa idéia possa parecer. As pessoas possuem consciência ambiental, mas na maioria dos casos, esta consciência é distorcida, associando a natureza às plantas e animais, como se a espécie humana não fizesse também parte dela. Conceitualmente, nós, seres humanos, nos achamos os 'donos' do universo e nos colocamos em seu centro, como se tudo à nossa volta existisse para nos atender. Então, se aceita como natural a exploração deste mesmo universo, com tudo que o compõe, desde que seja para atender aos propósitos e desejos humanos. A visão de que o Planeta não nos pertence, que nós é que pertencemos ao Planeta não tem cabimento numa sociedade baseada no consumismo e, por isso mesmo, no materialismo, que valoriza o ter em vez do ser! O meio ambiente destruído não resulta de um conflito entre os humanos e a natureza, mas dos humanos com a sua auto-imagem.

E mais. Ao desmatar, queimar, poluir, utilizar ou desperdiçar recursos naturais ou energéticos, cada ser humano também está reproduzindo culturalmente o que aprendeu ao longo da história e cultura de seu povo. A ação destruidora não é um ato isolado de um ou outro indivíduo, mas reflete as relações culturais, sociais e tecnológicas de sua sociedade. Seres humanos explorados, injustiçados e desrespeitados em seus direitos, acham natural explorar outros seres vivos, como animais e plantas, considerados 'inferiores'.

Falar sobre meio ambiente, principalmente para pessoas de baixa-renda, é falar sobre o esgoto a céu aberto, o lixo não recolhido, a água contaminada, etc. As questões ecológicas devem ser associadas à qualidade de vida, para que as pessoas se percebam como parte deste meio ambiente. Por mais sério que seja ninguém consegue ter a sensação de importância por uma coisa abstrata, fora de sua realidade. Antes de se importar com a sobrevivência das outras espécies, a pessoa precisa estar consciente de sua própria importância, sua capacidade de interferir no meio ambiente e de agir como cidadão.

Ghandi afirmava que "Só existem dois dias do ano em que não podemos fazer nada. O ontem e o amanhã". Então, é só querer arranjar um jeito para fazer em vez de continuando a procurar por desculpas para não fazer.

* Vilmar é escritor e jornalista, editor da Revista e do Portal do Meio Ambiente. Mais informações: www.escritorvilmarberna.com.br

Fonte: Revista Digital Envolverde



TOLMASQUIM DEFENDE MENOS IMPOSTOS PARA ENERGIA ELÉTRICA DA INDÚSTRIA

O presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim a redução da carga tributária sobre a energia demandada pela indústria como forma de dar maior competitividade ao setor

Falando no âmbito da Conferência Internacional da International Association for Energy Economics (IAEE), que ocorre até a próxima quarta-feira (9) no Rio de Janeiro, o executivo que preside o órgão responsável pelo planejamento energético de longo prazo do país ressaltou, no entanto, a necessidade de se encontrar fórmulas que não prejudiquem a arrecadação dos estados.

No entendimento do presidente da EPE, somente será possível tal redução com uma "ampla reforma tributária e um novo pacto federativo". Ele lembrou que o problema ocorre porque, desde 2002, está sendo retirado gradativamente das contas de energia o chamado subsídio cruzado - quando as tarifas residenciais mais altas bancavam o baixo custo da energia cobrada das indústrias.

Na avaliação de Tolmasquim, o país tem condições de fornecer energia a preços mais competitivos para a indústria, uma vez que a matriz brasileira é predominantemente hídrica e, portanto, mais barata. Maurício Tolmasquim defendeu a continuidade do desenvolvimento exploratório da bacia hidrográfica da Amazônia como forma de garantir a energia que o país precisa para continuar a crescer. Ele lembra que, embora concentre 59% de todo o potencial de geração hidrelétrica do país, a Amazônia só teria 0,5% de seu bioma afetado caso viessem a ser construídas todas as usinas hidrelétricas projetadas para a região.

A preocupação com o desmatamento da Amazônia foi uma das questões levantadas por especialistas estrangeiros que participam da conferência. "O argumento da destruição da Floresta Amazônica não é verdadeiro, pois as políticas governamentais estão acompanhando a conscientização sobre a necessidade de se preservar o meio ambiente", disse Tolmasquim. Ele chegou a citar a Hidrelétrica de Belo Monte, já licitada para ser erguida no rio Xingu, e as usinas do rio Tapajós, ainda em análise, como alternativas de geração elétrica de baixo impacto socioambiental. Ele lembrou que o reservatório de Belo Monte foi reduzido de 1,1 mil quilômetros quadrados (km²), como previsto no projeto original, para 550 km².

Fonte: Agência Brasil

ENERGIA CARA PARA A INDÚSTRIA

A indústria brasileira poderia fabricar produtos mais baratos, faturar mais dólares e criar mais empregos se a sua conta de energia elétrica não fosse uma das mais altas do mundo, só inferior às da Itália e do Reino Unido. Todos os seus principais competidores pagam menos pela eletricidade, além de levar vantagem também no custo dos transportes, no financiamento, nos encargos sobre os salários e nos tributos sobre investimentos, produção e exportação. Entre 2002 e 2009 a tarifa industrial de energia elétrica subiu 150%, no Brasil, enquanto ficou em 74% a inflação medida pelo Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas. Nesse período, o preço do megawatt/hora passou de R\$ 92 para R\$ 230. Políticas federais foram as causas mais importantes desse aumento. Para realizá-las, o governo realinhou as tarifas industriais e residenciais e, além disso, elevou os impostos e encargos sociais e setoriais cobrados das empresas.

Universalizar os serviços de energia é um dos objetivos dessas políticas. Não se pode contestar o valor dessa meta, mas o governo, nesse como em vários outros casos, tomou o caminho mais fácil para as autoridades e menos aconselhável por seus efeitos. Decidiu aumentar o custo de produção com mais tributos, tornando a economia nacional menos eficiente e menos capaz de oferecer oportunidades aos trabalhadores.

O peso desses impostos e encargos na tarifa de eletricidade passou de 35,9% em 2002 para 45,1% em 2009, segundo estudo da PricewaterhouseCoopers, citado em reportagem publicada ontem no Estado.

Um levantamento realizado pela associação dos grandes consumidores apontou uma carga tributária maior que essa em 2007: 51,6%, mais que o dobro da incluída nas tarifas de eletricidade pagas pelas indústrias da Itália (23,3%), da Alemanha (22%) ou da Noruega (21,6%). Em vários outros países da Europa a tributação sobre a eletricidade usada pela indústria fica abaixo de 20%. Na Espanha, em Portugal e no Reino Unido é inferior a 10%. Dados desse levantamento foram reproduzidos na agenda política divulgada há poucas semanas pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Essa agenda enumera os principais obstáculos ao crescimento industrial e as ações necessárias para a sua remoção.

O texto, apresentado aos três principais candidatos à Presidência da República, inclui uma exposição sobre infraestrutura, com destaque para os problemas no setor elétrico. Os técnicos da CNI chamam a atenção para o aumento das tarifas, muito maior que o observado noutras economias a partir de 2003, e para o peso dos tributos na composição do custo da eletricidade.

Além disso, apontam problemas de regulação setorial e a insegurança em relação às condições de produção de energia nos próximos anos. Lembram o vencimento próximo de vários contratos de concessão de serviços de geração, transmissão e distribuição de energia e reclamam da indefinição das autoridades em relação ao tema. Concessões de usinas vencerão já em 2012 e a renovação poderá contribuir para a contenção de custos, porque a maior parte das unidades geradoras já está amortizada.

O peso da tributação foi reconhecido como um problema importante pelo presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Mauricio Tolmasquim. Mas cada encargo tem uma destinação específica, como o Projeto Luz para Todos e a eliminação de qualquer tributo ocasionará um problema, argumentou.

Mas a criação de tributos para cada nova política é um claro sintoma de má administração. Para começar, o governo elevou a tarifa industrial para aproximá-la do valor cobrado das famílias. Estas, no entanto, não foram beneficiadas por um alívio em suas contas. Ao contrário: tiveram de absorver os aumentos de preços correspondentes à elevação dos custos industriais. Em segundo lugar, multiplicaram-se os encargos cobrados das indústrias e conhecidos pelas siglas CCC, CDE, ESS, RGR e CFURH.

Entre 2002 e 2008 cresceu 115% a arrecadação de tributos embutidos na tarifa industrial, mas não houve sinal de melhora na política oficial para o setor elétrico. Ao contrário, a insegurança permanece.

Fonte: Estadão.com.br



DNPM CONVOCA APROVADOS EM CONCURSO

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA No- 268, DE 14 DE JUNHO DE 2010

DOU de 15/06/2010

O Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência prevista no art. 10 do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, resolve:

Art. 1º Autorizar a nomeação de duzentos e cinquenta e seis candidatos aprovados no concurso público do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, autorizado pela Portaria MP nº 184, de 8 de julho de 2009, conforme discriminado no anexo.

Parágrafo único. A nomeação dos candidatos aprovados deverá ocorrer a partir de junho de 2010.

Art. 2º O provimento dos cargos nos quantitativos previstos no art. 1º está condicionado:

I - à existência de vagas na data da nomeação; e

II - à declaração do respectivo ordenador de despesa sobre a adequação orçamentária e financeira das novas despesas com a Lei Orçamentária Anual e sua compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, demonstrando a origem dos recursos a serem utilizados.

Art. 3º A responsabilidade pela verificação das condições prévias para nomeação dos candidatos a que se refere o art. 1º será do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral, a quem caberá baixar as normas complementares, mediante a publicação de editais, portarias ou outros atos administrativos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

CORREIO BRAZILIENSE

CORRIDA DO OURO: COBIÇA E ILEGALIDADE

Metade do metal produzido no Brasil é desviada. Mercado paralelo estimula roubos e lavagem de dinheiro. Fiscalização se restringe a quem segue a lei

Desde a época da Coroa, quando se estipulava o pagamento “quinto” em impostos, pela extração de ouro, o Brasil assiste a corrupção e o contrabando drenarem boa parte de suas riquezas. Estimativas oficiais indicam que metade do metal extraído no país – quase 40 toneladas por ano – é

desviada, sustentando um mercado paralelo que movimenta milhões de reais por ano. A falta de controle estimula o roubo e crimes como a lavagem de dinheiro. A farra é tamanha que o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), órgão ligado ao Ministério da Fazenda, avisou que vai botar um freio no comércio de jóias, obrigando a lojistas a declararem oficialmente o que estão vendendo e comprando e quem são seus clientes.

Nas contas do Instituto Brasileiro de Gemas e Metais Preciosos (IBGM), existem hoje 14 mil estabelecimentos joalheiros no país, dos quais 600 são de lapidação e ourivesaria. Pelo menos 50% desse total não sofrem qualquer tipo de fiscalização. Essa é uma das principais queixas dos joalheiros legalizados, que acabam seriamente prejudicados pela facilidade que se tem de regularizar produtos contrabandeados e roubados. “Na própria Caixa Econômica Federal, é possível fazer a penhora de jóias sem qualquer certificado de origem e, quando o produto sai de lá, recebe um documento de posse, entrando na legalidade”, queixa-se Hécliton Santini, presidente do IBGM.

Ao andar pelas ruas de qualquer grande centro urbano é fácil encontrar pequenas lojas que comprem e vendem ouro, estabelecimentos procurados tanto por quem tem dificuldade de encontrar outras fontes quanto por criminosos que pretendem se desfazer rapidamente dos produtos do roubo. “Já enfrentei esse problema. E resolvi parar de comprar ouro de qualquer um, quando dois donos de objetos furtados vieram bater à minha porta. Alguns chegam com cara de anjo. Porém, logo você vê que são mal-intencionados”, afirma Nilton César, ourivas há mais de 20 anos, que passou a encomendar o mineral diretamente em garimpos de Goiás e hoje trabalha em loja autorizada, cadastrada pelos órgãos fiscalizadores.

Uso de drogas

Algumas lojas clandestinas mantêm fornecedores criminosos. “Eu e um colega temos um acordo com vários comerciantes. Quando roubamos algo, levamos direto para eles. É muito fácil se desfazer de jóias obtidas ilegalmente, pois podem ser derretidas e negociadas com outras formas”, conta, sob a condição de anonimato, um jovem que presta serviços para ourives de Taguatinga, região administrativa do Distrito Federal. “Eles pagam no momento da entrega e ainda reclamam que o produto do roubo foi pouco”.

Esse submundo é freqüentado por usuários de drogas que, normalmente, furtam jóias da família para manter o vício. “Infelizmente, nada é feito para reverter esse quadro. Nós, joalheiros que trabalhamos na ilegalidade, nos perguntamos todos os dias, como pode num país que está entre os 10 maiores produtos de ouro do mundo, as coisas nesse mercado correrem tão soltas”, diz um empresário do setor. Ele estima, com base em levantamento feito com outros parceiros, que, em Taguatinga, 90% dos pequenos fabricantes de jóias não têm permissão para funcionar.

Para os que buscam a via da legalidade, a concorrência é desleal. “Consigo trazer ouro para cá praticamente puro, mas, enquanto vendo o grama a R\$ 100, há gente vendendo a R\$ 60”, aponta Nilton César. De acordo com outros comerciantes, a fiscalização está presente nas lojas autorizadas a funcionar, mas é negligente quando se trata de autuar os informais. “Está ficando cada vez pior. Aqui, emitimos nota fiscal e a fiscalização sempre vem conferir se estamos em ordem. No andar de cima (do mesmo edifício, onde ficam alguns comerciantes clandestinos), eles simplesmente não aparecem”, afirmou um fabricante.

Submundo tira o sono da PF

Uma operação realizada pela Polícia Federal, em junho de 2007, mostrou que o ouro pode ser uma moeda de troca ou de lavagem de dinheiro da criminalidade. Na ocasião, a PF prendeu 77 pessoas acusadas de contrabando, tráfico de drogas, corrupção e sonegação fiscal, durante a Operação Xeque-Mate, que tinha como objetivo desbaratar uma quadrilha de importação de caça-níqueis, que incluía autoridades. Com eles, os agentes encontraram, além de carros de luxo, dólares e reais, grande quantidade do metal.

Tal apreensão não chega a ser uma novidade dentro das investigações da PF. Em 1999, foram recolhidos os principais indícios da relação entre o metal e o crime organizado. Durante uma operação, a PF prendeu o traficante Leonardo Dias Mendonça que, além de dinheiro, detinha grande quantidade de ouro. Às autoridades, ele confessou que, nos anos 1990, chegou a movimentar cem

aviões para retirar o metal dos garimpos clandestinos, no Pará. O destino, segundo avaliaram os investigadores, era o Suriname, de onde vinha parte das drogas. Mendonça também negociava com Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, que estava foragido na Colômbia.

O ouro está também por trás de outros tipos de crimes, além do narcotráfico. Serve para lavar dinheiro adquirido ilegalmente, em transações comerciais. No Amapá, durante a Operação Akator, realizada em 2008, empresas utilizavam falsos relatórios, sobre minas de ouro no estado para obter financiamentos no Canadá. A trama foi descoberta por acaso e confirmou a presença de servidores públicos entre os fraudadores. Também no Amapá, a PF abriu investigação em torno de possível sonegação fiscal na extração de ouro. O trabalho foi feito a partir da Operação Toque de Midas, que apurou irregularidades em licitações para a exploração de uma ferrovia.

Nos últimos meses, a PF tem atuado também no combate aos garimpos clandestinos, principalmente na Amazônia e no Centro-Oeste, onde estavam centralizada a Operação Arco de Fogo, uma ação permanente de combate aos crimes ambientais. Foram fechadas minerações irregulares, em Roraima, Rondônia, Mato-Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará e no Amapá. No Maranhão, cerca de 400 pessoas utilizavam áreas indígenas para garimpagem, enquanto que, no Oiapoque (AP), a exploração ilegal era feita em um parque ecológico e o metal retirado tinha como destino a Guiana. Outra grande preocupação da PF no Norte continua sendo a área dos índios ianomâmi, onde os garimpos clandestinos são explorados há mais de 30 anos.

Fonte: Correio Braziliense

GARIMPO NO ESTADO DO AMAZONAS

Dois anos do Estatuto do Garimpeiro e o novo modelo de garimpagem em desenvolvimento no Estado do Amazonas

A civilização humana sempre dependeu do uso dos recursos naturais para o seu florescimento, constituindo-se o aproveitamento racional dos recursos minerais a base para o seu desenvolvimento.

A Arqueologia comprova que as cavidades naturais na crosta da Terra (as grutas/cavernas) ofereciam aos nossos ancestrais uma eficaz proteção contra seus predadores e abrigo às intempéries climáticas e também nos revela que o atrito entre dois fragmentos de sílex fornecia as faíscas necessárias para gerar o fogo.

Assim, dos tempos remotos da era da pedra lascada à era atual dos *chips* (a Infoera), passando pelos ciclos do bronze, do ferro, do aço e do carvão, e da revolução industrial, os grandes saltos que a humanidade tem experimentado foram sempre impulsionados pela utilização de recursos minerais, florescendo sociedades que desenvolveram tecnologias para o seu aproveitamento, ressaltando que: quem primeiro dominou a tecnologia dos metais, também dominou os seus vizinhos menos desenvolvidos.

No processo de formação de nações modernas, pós-renascentistas, nos países como os Estados Unidos, Canadá, África do Sul, Brasil e Austrália, a história do seu desenvolvimento econômico e cultural confunde-se com a história da mineração.

Vestígios arqueológicos que remontam ao século VIII confirmam que as viagens e as trocas, a longa distância, antecederam ao período em que se iniciou o verdadeiro movimento de expansão européia, pelos oceanos Índico e Atlântico, em direção ao hemisfério Sul. O processo de mercantilismo desenvolveu rotas comerciais envolvendo *povos*, ou *nações*, ou distintas regiões da Terra, configurando-se como agente precursor da globalização da economia.

Entretanto, somente a partir da descoberta e exploração das minas de ouro e prata do *Novo Mundo* – aliada à integração da Índia e de áreas do Sudoeste Asiático às economias européias – se pode falar no surgimento de uma economia internacional pré-moderna, integrada pela prática de preços mundiais, interdependentes e relacionados entre si, regidas pelo ouro.

A própria história do Brasil tem como marco geopolítico o Tratado de Tordesilhas, no fundo, uma disputa geoeconômica entre Portugal e Espanha pelo ouro e pela prata do *Novo Mundo*. A mineração no Brasil remonta à época colonial, quando no século XVIII ocorreu o primeiro grande *boom* mineral – o ciclo do ouro das Minas Gerais – que deu início à expansão territorial e ao surgimento das bases para a constituição do setor mineral (e da própria sociedade brasileira), colocando o Brasil como o primeiro grande produtor mundial de ouro.

O segundo grande ciclo mineral teve início após o fim da Segunda Guerra Mundial, concretizando-se, efetivamente, no final da década de 1970, sendo o responsável pela implantação do atual parque minero-metalúrgico e siderúrgico brasileiro.

Esse ciclo inseriu definitivamente a Amazônia nos cenários nacional e global, tendo como marcos históricos: a descoberta de manganês na Serra do Navio (anos 40); do ouro na região do Tapajós (anos 50); do estanho de Rondônia; e da bauxita do Trombetas (anos 60). Culminou na década de 70, com a descoberta de caulim (PA e AP), do estanho do Pitinga (AM) e no desenvolvimento do mega-projeto de Carajás (PA), para ferro, manganês, cobre, ouro, níquel.

A atividade da mineração na Amazônia, além de relativamente recente (remonta a década de 50), ainda é muito incipiente na região, ressalvados, os projetos da Petrobras e CVRD, dois dos maiores *players* do cenário mundial.

No final do século XIX e na primeira metade do século XX, os sertões amazônicos passaram a ser desbravados por seringueiros, “gateiros”, agricultores de juta e malva e “marreteiros”, em sua maioria, imigrantes nordestinos e asiáticos, muitos dos quais se tornaram posteriormente garimpeiros, com o declínio da atividade original. Destes ciclos extrativistas, o único que permanece até os dias atuais é o da garimpagem, que ocorre de forma cíclica, na dependência direta dos preços internacionais dos metais.

Cassiterita (minério de estanho) e ouro são historicamente os principais metais explorados pela garimpagem; já a exploração de diamante, quartzo, gemas e tantalita (minério de tântalo) tem existido de forma intermitente e em atividade localizada.

Dentre todos esses, o ouro é sem dúvida a grande atração da cobiça garimpeira. Quem não se lembra na invasão garimpeira no Madeira na década de 70, na invasão de Roraima (e da Terra Yanomani) nos anos 80, da imensa “torre de babel” que foi Serra Pelada?

Basicamente, o garimpo permanece até os dias atuais (e deverá ainda continuar por um futuro imprevisível) porque as populações amazônidas ainda não têm encontrado uma alternativa melhor para a sua subsistência.

E pergunto ao caro leitor, como convencer o caboclo amazônida a trocar o garimpo pelo roçado (a bateia pela pá e pelo terçado) enquanto ele estiver esperançoso de que vai “bamburrar” na próxima grotta ou “baixão”.

A mineração tem duas características marcantes: a da *rigidez locacional* e a da *ação pontual*.

Em relação à primeira, a *rigidez locacional* – o minério está onde está e não onde gostaríamos que estivesse - esta característica ímpar faz com que a mineração seja uma das melhores alternativas para a inclusão social das populações marginalizadas, aquisição de conhecimento e promoção de saúde, pois, na grande maioria dos casos, a própria atividade mineraria constrói sua infraestrutura, interiorizando o desenvolvimento, a qualidade de vida, e promovendo a geração de empregos.

Quanto à *ação pontual*, os dados comprovam hoje que, por ser um recurso presente em área bem restrita e delimitada, a exploração do bem mineral envolve uma degradação superficial, controlada, única e exclusivamente, pela área onde o minério está distribuído superficialmente, ou seja, de forma limitada, extremamente circunscrita e de fácil controle e monitoramento.

Por suas características quanto às evoluções da Geodiversidade e da sociodiversidade, a Amazônia, e particularmente, o Estado do Amazonas, apresentam condições globais ímpares para colocar em prática uma proposta vanguardista que aborde uma nova maneira para o desenvolvimento da indústria extrativa mineral, consorciando de forma ampla e não excludente, os diversos níveis (e escalas) da extração mineral.

Trazem em seu bojo ainda, os elementos necessários para se resolver o principal impasse para que a “mineração” torne-se realmente uma atividade “sustentável”, qual seja a “mais valia” quanto ao aproveitamento dos benefícios socioeconômicos advindos da tributação financeira gerada pela

atividade, fornecendo ainda, em última análise, elementos técnicos para “atenuar-se o desconforto natural dos impactos ambientais dos empreendimentos mineiros”.

Tais discussões renasceram no Estado do Amazonas no bojo dos trabalhos da Assembléia Legislativa, em 2004, lideradas pelo Deputado Estadual Sinésio Campos, com a publicação do documento Geodiversidade do Amazonas. Foram incorporadas ao conhecimento científico local e regional com a publicação, em parceria CPRM e CIAMA/SEPLAN, do Mapa Geológico e dos Recursos Minerais do Estado do Amazonas (2005) e consolidaram-se com a criação em maio de 2007, da Secretaria Executiva de Geodiversidade e Recursos Hídricos, no âmbito das atividades da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Eram tempos difíceis estes de 2007: iniciávamos no Governo Eduardo Braga com as atividades no rio Madeira suspensas por determinação judicial e sobre forte fiscalização da Polícia Federal, a partir da Operação Iara.

No final de outubro e meados de novembro daquele ano, a Operação Iara trouxe como principais resultados nos Estados de Rondônia e do Amazonas: a apreensão de 87 das 115 balsas/dragas identificadas; a prisão de 22 garimpeiros, indiciados por crimes contra a ordem econômica e danos ao meio ambiente, devido à utilização de mercúrio na extração do ouro; e apreensão de 1.646g de ouro, 50 frascos de mercúrio e três armas.

No recente evento realizado em Humaitá, no dia 04 de junho, quando a SDS por meio da Secretaria Executiva de Geodiversidade e Recursos Hídricos, ofereceu o Curso de Boas Práticas Ambientais do Programa Extrativismo Mineral Familiar para 689 garimpeiros associados à Cooperativa Extrativista Mineral Familiar de Humaitá, tivemos a oportunidade de conhecer e conversar com o Presidente da Cooperativa dos Garimpeiros da Amazônia – COOGAM, Geomário Leitão de Sena, conhecido como Sena, que me afirmou: “agradeço a Deus e a Polícia Federal pela Operação Iara, pois, só com ela, conseguimos consolidar a Cooperativa e nos regularizarmos, depois de tantos anos de tentativas, junto ao DNPM e aos Órgãos Ambientais”.

Este curso, que contou com a participação de técnicos do IPAAM, do ICMBio, do DNPM, da SDS e da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do MME, demonstrou a importância socioeconômica da atividade de produção do ouro no rio Madeira e as obrigações assumidas pela Cooperativa, detentora da Permissão de Lavra Garimpeira - PLG, e de seus cooperados, principalmente, quanto ao uso obrigatório, nas balsas, do cadinho, equipamento de proteção individual que permite, com segurança, o manejo do mercúrio; bem como, quanto a expressa proibição de se trabalhar nos barrancos ou fora dos limites da PLG emitida pelo DNPM.

As presenças em Humaitá no último dia 5 de junho, Dia do Meio Ambiente, do Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do MME Cláudio Scliar, dos Superintendentes Regionais do DNPM, da CPRM e do IBAMA, do Diretor Presidente do IPAAM e da Secretária Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas entregando à Cooperativa Extrativista Mineral Familiar de Humaitá as renovações da Permissão de Lavra Garimpeira e da Licença de Operação reforçam o compromisso assumido pelo Presidente Lula e pelo Governador Omar Aziz na busca comum das causas destes trabalhadores, trazendo-os da informalidade à legalidade, e incentivando a cultura do associativismo e cooperativismo como prática ao desenvolvimento sustentável destas populações ribeirinhas.

Agradeço de público a decisão proferida no dia 21 de maio de 2010 pelo Senhor Juiz Federal Márcio Luiz Coelho da Silva, homologando o Termo de Acordo Extrajudicial assinado entre as Cooperativas Extrativistas Minerais de Humaitá, Manicoré e do rio Juma, a Presidência do IBAMA e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, que pacificou as questões relacionadas ao trabalho das balsas na área da FLONA de Humaitá e de seu entorno, permitindo, em última análise, a retomada das ações dos licenciamentos ambiental e da lavra mineral.

No dia 2 de junho de 2010 a Cooperativa Extrativista Mineral Familiar de Humaitá protocolou no DNPM o pedido de renovação da sua PLG, coincidentemente, o mesmo dia em que o Estatuto do Garimpeiro, Lei Federal 11.685/2008, completou dois anos.

Ressalto aqui dois artigos deste Estatuto.

O artigo 10º dispõe que a atividade de garimpagem será objeto de elaboração de políticas públicas pelo Ministério de Minas e Energia destinadas a promover o seu desenvolvimento sustentável (*grifo nosso*). E o artigo 12º que apresenta os deveres/obrigações do Garimpeiro em: I – recuperar as áreas degradadas por suas atividades; II – atender ao disposto no Código de Mineração no que lhe couber; e III – cumprir a legislação vigente em relação à segurança e à saúde no trabalho.

É com este espírito de trabalho que o Governo do Estado quer reconstruir a partir da Decisão da Justiça Federal, em parceria com a COOPERJUMA, governos municipais de Apuí e Novo Aripuanã e com o Governo Federal, uma nova realidade ao garimpo de terra firme do Eldorado do Juma, com características completamente diferentes do praticado nas balsas no rio Madeira.

Com quase três anos de completo abandono, as mais de trezentas famílias garimpeiras que insistem em tentar a sorte naquele garimpo, sob condições sub-humanas de saneamento, moradia, acesso, comunicação e de assistência à saúde e educação, carecem de uma intervenção imediata do Estado brasileiro. É bom lembrar que, guardadas as devidas proporções, esta população não é muito diferente dos milhões de brasileiros que, diariamente, fazem a sua “fezinha”, investindo seus poucos recursos em jogos de azar ou loterias oficiais.

Quero concluir este artigo, reforçando que não há como se “resolver” a questão da garimpagem sem modificar-se a “cultura”, que, historicamente, movimenta a atividade. Não há como se regularizar a atividade, tirá-la da clandestinidade e da informalidade, sem a implementação de ações “inovadoras”, como estas conduzidas pelo Governo do Estado do Amazonas em parceria com o Governo do Presidente Lula.

Persistindo o atual modelo e a atual cultura, garimpo sempre irá ser uma atividade ambientalmente degradadora, socioeconomicamente ineficiente e injusta, movida pela lei do mais forte, da violência e da bandidagem.

A chave da mudança de conceito/cultura passa pelo pleno estabelecimento dos conceitos e ações de associativismo e cooperativismo e pelo apoio de uma política municipal, estadual e federal que lhe dê sustentação com vistas a uma atividade de exploração mineral que beneficie a população garimpeira local.

Agradeço as contribuições dos geólogos Marco Antonio Horbe, presidente da Associação dos Profissionais Geólogos do Amazonas – APROGAM, Miguel Martins (SDS), Marco Oliveira e Hugo Galucio (CPRM), Fernando Burgos e Fred Cruz (DNPM), Jorge Garcez (FEBRAGEO) e Marcelo Pinto (SIMAM), na elaboração e revisão deste texto.

E em Espírito, ao Geólogo Nelson Bueno, a quem dedico este artigo, nossas preces e homenagens eternas.

Daniel Borges Nava - Geólogo, Mestre em Ciências Ambientais e Sustentabilidade da Amazônia (UFAM), Professor da Faculdade La Salle Manaus e atual Secretário Executivo de Geodiversidade e Recursos Hídricos da SDS/Governo do Amazonas